



112

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 0301892-8**

**COMARCA:** Recife/PE – 24ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** Shirley Maria da Silva e outro

**AGRAVADO:** João da Silva Lopes

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz Demócrito Reinaldo Filho

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – EFEITOS DA REVELIA – APELAÇÃO INTEMPESTIVA – ART. 506 E ART. 508, AMBOS DO CPC AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há que se falar em tempestividade da apelação, que não fora interposta no prazo de 15 dias, a contar da publicação da sentença, conforme art. 506 e art. 508, do CPC.
2. Ao revel é permitida a intervenção em qualquer fase do processo, recebendo-o na fase em que se encontrar.
2. Recurso de Agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Visto, discutido e votado este recurso, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de



113/

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho  
Relator Substituto



OK

107

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 0301892-8

COMARCA: Recife/PE – 24ª Vara Cível

AGRAVANTE: Shirley Maria da Silva e outro

AGRAVADO: João da Silva Lopes

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação interposta Shirley Maria da Silva e Shirleide Maria da Silva, contra decisão que determinou a imediata desocupação do imóvel e consequente reintegração de posse por parte do autor (fls.41/42).

SENTENÇA DE 1º GRAU:

-Dispositivo sentencial constante à fl. 41, *ipsis litteris*:

"11. DIANTE DO EXPOSTO, ante a certidão de fls. 39. decreto a revelia da ré, já qualificada e, considerando os efeitos da revelia, com fundamento nos arts. 319 e 330, inciso II, c/c os arts. 926 a 931 do Código de Processo Civil (CPC) e demais legislação aplicável a espécie, julgo PROCEDENTE o pedido da presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, determinando a desocupação imediata do imóvel, situado na Rua Zumbi dos Palmares nº 835, Qd. 58, Lote 04, Torrões (Roda de Fogo), Recife/PE ocupado pela ré, estipulando multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta) reais na hipótese da existência de um novo esbulho pelos réus."



108

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

**FUNDAMENTOS DO RECURSO:**

Em seu recurso, a Apelante alega a tempestividade da interposição, afirmando que o mandado de intimação da sentença fora juntado dia 19 de novembro de 2012 e que, portanto, o último dia para apresentação do recurso seria 05 de dezembro de 2012. Apesar do explanado, não acostou qualquer prova que confirmasse o aduzido.

No mérito, assevera não ter apresentado contestação em razão de seu baixo grau de conhecimento e da falta de orientação adequada por parte Defensoria Pública.

Pugna, assim, pelo provimento do presente apelo, no sentido de anular r. sentença, remetendo-se os autos ao Juízo *a quo* para que se restabeleça prazo para apresentação de contestação

**DECISÃO TERMINATIVA:**

Considerando os argumentos apresentados pelas rés e analisando os autos, constatei a intempestividade da Apelação, verificando que o recurso fora interposto mais de 3 (três) meses após a publicação da sentença no Diário de Justiça Eletrônico.

**FUNDAMENTOS DO AGRAVO:**

Por meio do presente recurso, a parte Apelante, ora Agravante, apresenta a tese de que o revel deveria ser comprovadamente intimado da sentença, não sendo suficiente a sua publicação no Diário Oficial, pugnando pela apreciação da questão por esta Colenda Turma.

É o Relatório.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho  
Relator Substituto



109

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 0301892-8

COMARCA: Recife/PE – 24ª Vara Cível

AGRAVANTE: Shirley Maria da Silva e outro

AGRAVADO: João da Silva Lopes

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

Conheço do recurso por identificar a presença de todos os pressupostos de admissibilidade.

Em virtude de não exercer meu juízo de retratação da decisão terminativa proferida às fls. 85/87, colaciono-a, na íntegra, por nela refletir meu posicionamento sobre a questão, ressalte-se que plenamente embasado nos dispositivos legais pátrios, em especial no Código de Processo Civil e na LINDB, senão vejamos:

*“Trata-se de Apelação interposta Shirley Maria da Silva e Shirleide Maria da Silva, contra decisão que determinou a imediata desocupação do imóvel e consequente reintegração de posse por parte do autor (fls.41/42).*

*Em seu recurso, a Apelante alega a tempestividade da interposição, afirmando que o mandado de intimação da sentença fora juntado dia 19 de novembro de 2012 e que, portanto, o último dia para apresentação do recurso seria 05 de dezembro de 2012. Apesar do explanado, não acostou qualquer prova que confirmasse o aduzido.*



110

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

*No mérito, assevera não ter apresentado contestação em razão de seu baixo grau de conhecimento e da falta de orientação adequada por parte Defensoria Pública.*

*É o relatório. DECIDO.*

*Inicialmente, cumpre esclarecer que a ninguém é permitido o descumprimento da lei, embasado na ignorância de sua existência, segundo o art. 3º da LINDB, a seguir:*

*Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.*

*Posteriormente, deve-se salientar que o prazo para introdução da Apelação é de 15 dias, a contar da data de publicação da sentença, conforme preceituam os arts. 506 e 508 do Código de Processo Civil, in verbis:*

*Art. 506. O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no art. 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data:*

*(...)*

*III - da publicação do dispositivo do acórdão no órgão oficial.*

*Art. 508. Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.*

*Examinando os autos, verifico que a sentença foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico, no dia 05 de setembro de 2012, consoante certidão de fl. 43. Assim sendo, o prazo final para interposição da Apelação se deu na data de 20 de setembro de 2012, restando insofismavelmente intempestivo o recurso apresentado.*

*Ademais, insta destacar a existência de uma certidão atestando o trânsito em julgado da sentença vergastada, à fl. 44 do presente processo.*

*Face ao exposto, nos termos do caput, do art. 557, do CPC, nego seguimento ao presente recurso, em razão da perda superveniente de seu objeto.*

*Publique-se.."*

*O fato é que, atento aos argumentos da parte Agravante, não vislumbro como modificar o *decisum* vergastado, especialmente porque é indubitável que o revel poderá intervir em qualquer fase do processo,*



MM

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

entretanto, recebendo-o no estado em que se encontrar, conforme dispõe o CPC, em seu art. 322 e parágrafo único, *in verbis*:

Art. 322. Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

Parágrafo único O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Face ao explanado, percebe-se a cristalina intempestividade do recurso de Apelação.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso.

É como Voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho  
Relator Substituto